



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA SELETIVA Cuiabá – Mato Grosso

27 de novembro de 2011

01. A prova terá duração de 05 (cinco) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 100. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 05 (cinco) horas os mesmos serão recolhidos.
09. Não haverá substituição do cartão de respostas.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DE CONCURSO

BLOCO I

DIREITO DO TRABALHO

1) Analise as assertivas e assinale o item correto:

I – Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

II – Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

III – Segundo a Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

IV – A Consolidação das Leis do Trabalho também traz em seu conceito legal disposição expressa equiparando a Administração Pública Direta e Indireta a empregador.

- a) Apenas I e IV são verdadeiras e os itens II e III são falsos.
- b) Apenas I e II são verdadeiras e os itens III e IV são falsos.
- c) Apenas I e III são verdadeiras e os itens II e IV são falsos.
- d) Apenas I, II, e IV são verdadeiras e o item III é falso.
- e) Apenas I, II e III são verdadeiras e o item IV é falso.

2) Analise as questões e assinale o item correto:

Machado de Assis trabalhava na Empresa Letras há dez anos, sempre cumprindo diligentemente suas funções. Referida empresa cedia-lhe o transporte, assim como a outros funcionários, já que o trajeto era de difícil acesso e não servido por transporte público. José de Alencar soube que Machado de Assis já havia completado o tempo necessário para aposentar-se, mas pretendia continuar trabalhando por muito tempo ainda. Castro Alves era superior hierárquico de ambos e amigo pessoal de José de Alencar, o qual pretendia substituir Machado de Assis na função por este desempenhada. Sabendo disso, Castro Alves, dia após dia, parou de passar tarefas à Machado de Assis, deixando-o isolado e sem atribuições, forçando-o parar de trabalhar. Ciente dessa situação e das questões afetas à jornada de trabalho, analise as assertivas e responda:

I – O legislador brasileiro optou pelo critério de “tempo à disposição” como parâmetro para fixação da jornada de trabalho.

II – O tempo de trajeto ou de itinerário, compreendido como aquele percorrido entre a casa do trabalhador e o seu local de trabalho, em regra, é computado na jornada de trabalho.

III – O tempo de trajeto ou de itinerário, compreendido como aquele percorrido entre a casa do trabalhador e o seu local de trabalho, quando preenchidos os requisitos do artigo 58, § 2º da CLT, sempre será pago como se hora extraordinária fosse.

IV – Diante da conduta omissiva empreendida por Castro Alves, não é possível dizer que este exerceu assédio moral, uma vez que Machado de Assis já havia completado o tempo necessário para se aposentar.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas o item IV está correto.
- e) Todos os itens estão incorretos.

3) Analise os itens e assinale a alternativa correta.

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho:

I - A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

II - O acordo individual para compensação de horas poderá ser válido se inexistir norma coletiva que disponha sobre o tema.

III - A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

IV – As hipóteses acima descritas se aplicam ao regime compensatório na modalidade “banco de horas”, ressalvada a hipótese do item I.

- a) Apenas I está correto e os demais itens estão errados.
- b) Apenas I e II estão corretos e os itens III e IV estão errados.
- c) Apenas I e III estão corretos e os itens II e IV estão errados.
- d) Apenas I, II e III estão corretos e o item IV está errado.
- e) Todas estão corretas.

4) Analise os itens e assinale a alternativa correta.

Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:

I - O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis. II - Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3.

III - O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.

IV - O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta.

V - O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito às sétima e oitava horas como extras, mas tão somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas.

- a) Apenas I e II estão corretos e os itens III, IV e V estão errados.
- b) Apenas I e III estão corretos e os itens II, IV e V estão errados.
- c) Apenas I e IV estão corretos e os itens II, III e V estão errados.
- d) Apenas II, III e IV estão corretos e os itens I e V estão errados.
- e) Todas estão corretas.

5) Analise os itens e assinale a alternativa correta.

Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, quanto à terceirização de serviços, pode-se dizer:

I - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

II - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

III - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.

IV - A conduta culposa da Administração Pública direta e indireta pode ser caracterizada pelo mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, uma vez que fica igualmente presumida a culpa *in vigilando* do ente administrativo.

V - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens I, II, III e IV estão corretos.
- c) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Somente os itens I, II, III e V estão corretos.
- e) Os itens IV e V estão incorretos.

6) Assinale a proposição correta:

- a) Pode-se dizer que a fonte formal tem como características ser geral, concreta, impessoal e facultativa, enquanto a fonte material é aquela que deriva dos fatos do cotidiano.
- b) Pode-se dizer que a fonte formal autônoma é aquela produzida pelo Estado com autonomia, ou seja, independente de consulta prévia à população.
- c) Pode-se dizer que o artigo 8º da CLT, que autoriza o uso subsidiário da jurisprudência, analogia, equidade, princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, usos e costumes e o direito comparado, traz hipóteses apenas de fontes formais, uma vez que o referido rol está previsto na legislação.
- d) A equidade e a analogia podem ser consideradas fontes de direito.
- e) Pode-se dizer que a Convenção Coletiva de Trabalho e o Acordo Coletivo de Trabalho são exemplos de fontes formais autônomas, uma vez que derivam de negociação coletiva e também podem ser conhecidas como fontes formais diretas ou primárias.

7) Sobre o contrato temporário de trabalhador rural, nos termos da Lei 5.889/1973, é correto afirmar:

I - A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo que, dentro do período de 1 (um) ano, superar 2 (dois) meses fica convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado, observando-se os termos da legislação aplicável.

II - A pactuação de do contrato de trabalho por pequeno prazo com trabalhador rural dispensa expressa autorização em acordo ou convenção coletiva.

III - A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo pode ser realizada por produtor rural pessoa física, proprietário ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica, assim como por pessoa jurídica cuja atividade preponderante seja rural.

IV – São assegurados ao trabalhador rural contratado por pequeno prazo, além de remuneração equivalente à do trabalhador rural permanente, os demais direitos de natureza trabalhista.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos e os itens III e IV estão errados.
- c) Os itens I e IV estão corretos e os itens II e III estão errados.
- d) Os itens III e IV estão corretos e os itens I e II estão errados.
- e) Apenas o item IV está correto.

8) Sobre o trabalho avulso e as atividades de movimentação de mercadoria em geral, analise:

I - As atividades de movimentação de mercadorias em geral, podem ser exercidas por trabalhadores avulsos, sendo consideradas aquelas desenvolvidas em áreas urbanas ou rurais, sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades.

II - As atividades de movimentação de mercadorias em geral não podem ser exercidas por trabalhadores com vínculo empregatício.

III - A empresa tomadora que se vale de trabalhadores avulsos para o exercício de atividades de movimentação de mercadorias, a exemplo dos serviços de pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou à sua continuidade, responde solidariamente pela efetiva remuneração do trabalho contratado e são responsáveis pelo recolhimento dos encargos fiscais e sociais, bem como das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social, no limite do uso que fizerem do trabalho avulso intermediado pelo sindicato.

IV - A empresa tomadora que se vale de trabalhadores avulsos para o exercício de atividades de movimentação de mercadorias, a exemplo dos serviços de pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou à sua continuidade, é responsável pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e por zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho.

V - A empresa tomadora que se vale de trabalhadores avulsos para o exercício de atividades de movimentação de mercadorias, a exemplo dos serviços de pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou à sua continuidade, responde subsidiariamente pela efetiva remuneração do trabalho contratado, no limite do uso que fizerem do trabalho avulso intermediado pelo sindicato, já que nesta hipótese se aplica a exegese da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

- a) Apenas I, II e III estão corretos e os itens III e IV estão errados.
- b) Apenas I, III e IV estão corretos e os itens II e V estão errados.
- c) Apenas I, IV e V estão corretos e II e III estão errados.
- d) Apenas II, IV e V estão corretos e I e III estão errados.
- e) Todos os itens estão errados.

9) Sobre as Comissões de Conciliação Prévia, assinale a alternativa incorreta:

a) A instituição de Comissão de Conciliação Prévia é facultativa e, quando constituída, deve ser formada por uma composição paritária de representantes de empregados e de representante de empregadores.

b) O mandato dos membros da Comissão de Conciliação Prévia, sejam titulares ou suplentes, é de um ano, permitida uma recondução, sendo vedada a dispensa até um ano após o final do mandato, salvo de cometerem falta, nos termos da lei.

- c) O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.
- d) Segundo a CLT, qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.
- e) O Supremo Tribunal Federal decidiu, em controle de constitucionalidade, usando o critério de interpretação conforme à Constituição, que as partes estão obrigadas a se submeter à Comissão de Conciliação Prévia antes de ingressar com Ação Trabalhista, pois a lei assim previu como modalidade obrigatória de resolução extrajudicial de litígios.

10) Sobre as teorias que tentam explicar a natureza jurídica da relação de emprego, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Teoria Institucionalista Pura prega que o interesse exclusivo da instituição empregadora deve prevalecer sobre os interesses individuais que nela ingressa.
- b) A Teoria da Relação de Trabalho despreza o ato volitivo como condição para a existência da relação de trabalho, bastando que haja inserção objetiva do empregado na empresa com a correspondente prestação de serviços
- c) A Teoria do Contrato-Realidade afirma que a relação jurídica de trabalho é representado pela vontade das partes, através de um contrato expresso ou pelo fato, representado pelo trabalho efetivo, mesmo que não tenha sido convencionado.
- d) A Teoria do Institucionalismo Impuro admite que exista ato volitivo do empregado, limitando-se contudo ao ingresso ou adesão à empresa que lhe impõe um estatuto legal previamente elaborado.
- e) É possível dizer que a Consolidação das Leis do Trabalho adotou a Teoria Contratualista, que é aquela que despreza a vontade das partes uma vez que as normas contratuais devem respeitar os limites legais mínimos estabelecidos pelo Estado e irrenunciáveis pelas partes.

11) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

I - A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

II - A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o proprietário rural ou não, seja trabalhando individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

III - Não é obrigatório o registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social para os que trabalham em regime de economia familiar e sem empregado, explorando área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

IV - Nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido, até 30 (trinta) dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo, sendo que, nesta hipótese, o empregador fornecerá ao empregado, no ato da admissão, documento do qual constem a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma de seu pagamento.

V - A mera emissão de declaração pelo empregador da existência da relação empregatícia, ainda que conste a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma de seu pagamento não é suficiente para demonstrar o vínculo de emprego, uma vez que é imprescindível a anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social para que seja reconhecida a relação empregatícia.

- a) Apenas I está correto e os itens II, III, IV e V estão errados.
- b) Apenas I, II e IV estão corretos e os itens III e V estão errados.
- c) Apenas I e II estão corretos e os itens III, IV e V estão errados.
- d) Apenas III, IV e V estão corretos e os itens I e II estão errados.
- e) Apenas V está correto e os I, II, III e IV estão corretos.

12) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I - Pela atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, tem-se que é válido o acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada em atividade insalubre, sendo prescindível a inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

II - Considerando que a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho admite a validade do acordo coletivo ou da convenção coletiva de compensação de jornada em atividade insalubre afirmando ser prescindível a inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho, tem-se que referida orientação contraria a legislação, configurando em jurisprudência *contra legem*.

III - O acordo coletivo ou a convenção coletiva de trabalho pode contrariar a lei ou dela divergir, mesmo em matéria que trate sobre a higiene, saúde e segurança do trabalhador, uma vez que decorre de livre negociação das partes convenientes, não podendo haver limitação do Estado.

IV - A legislação trabalhista não admite que sejam acordadas prorrogações ou compensações da jornada de trabalho em atividade insalubre sem que antes haja licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

- a) Apenas I está correto e os itens II, III e IV estão incorretos.
- b) Apenas I e II estão corretos e os itens III e IV estão incorretos.
- c) Apenas I, II e IV estão corretos e o item III está incorreto.
- d) Apenas II está correto e os itens I, III e IV estão incorretos.
- e) Apenas IV está correto e os itens I, II e III estão incorretos.

13) Sobre o adicional noturno, é correto afirmar:

- a) É devido o adicional noturno ainda que o empregado esteja sujeito a regime de revezamento.
- b) O trabalhador que teve seu turno de trabalho alterado unilateralmente pelo empregador, do período noturno para o diurno, tem direito adquirido ao adicional até então percebido, uma vez que não anuiu com a alteração correlata.
- c) Um trabalhador urbano cuja jornada de trabalho é das 03 horas às 10 horas, terá direito à prorrogação do cálculo do adicional noturno, bem como, da hora noturna reduzida, incidentes sobre todas as horas trabalhadas após as 05 horas.
- d) O Restaurante Cuiabano deverá levar em conta as gorjetas que seu garçom receber para calcular o adicional noturno correspondente ao período trabalhado por este entre às 22 horas de um dia e às 05 horas do dia seguinte.
- e) A jornada noturna de um advogado empregado é analisada sob a mesma perspectiva de um trabalhador urbano, ou seja, será considerado hora noturna aquela compreendida entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte, sendo remunerada com adicional de 20%.

14) Com base na legislação vigente e, tratando de hipóteses de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.
- b) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento, sendo essa uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho, sem prejuízo da remuneração do período.
- c) Na ocorrência de locaute (*lockout*), fenômeno que se identifica quando os empregadores, individual ou coletivamente, suspendem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do Tribunal competente, ou quando violam ou se recusam a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, não ficam estes obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho, uma vez que não houve a efetiva prestação dos serviços.
- d) As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor em Juízo, quando devidamente arroladas ou convocadas, hipótese em que se caracteriza a interrupção do contrato de trabalho.
- e) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses, hipótese essa que caracteriza a suspensão do contrato de trabalho.

15) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

I - O contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

II - A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada, admitindo-se a prorrogação até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

III - A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

IV - O contrato de aprendizagem, em nenhuma hipótese, poderá ser estipulado por tempo superior a 02 (dois) anos.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas o item II está incorreto e os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas o item III está incorreto e os itens I, II e IV estão corretos.
- e) Apenas o item IV está incorreto e os itens I, II e III estão corretos.

16) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I - O sucessor não responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.

II - As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que a este foram transferidos os ativos, as agências, os direitos e deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista.

III - É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos artigos 10 e 448 da CLT.

IV - O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado.

V - Pode-se dizer que ocorre sucessão quando há transferência do negócio, sendo que o sucessor continua explorando a mesma atividade-fim do sucedido.

a) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos e o item V está errado.

b) Apenas os itens I, II, III e V estão corretos e o item IV está errado.

c) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos e o item III está errado.

d) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos e o item I está errado.

e) Todos os itens estão corretos.

17) Analise as afirmações e marque a alternativa correta:

I - É dever dos empregados observar as normas de segurança e medicina do trabalho e da empresa fornecer equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

II - O empregado pode ser demitido por justa causa em caso de recusa injustificada do uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa, mas não poderá rescindir indiretamente o contrato de trabalho em caso de recusa injustificada da empresa em fornecer os equipamentos de proteção individual adequados, sem os quais sua saúde corre perigo.

III - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, os equipamentos de proteção individual, admitindo-se o desconto do valor correspondente ao EPI em caso de serviço especializado.

IV - Segundo a norma regulamentadora que trata dos equipamentos de proteção individual, a responsabilidade pela guarda e conservação destes materiais é do trabalhador.

V - Nas empresas desobrigadas a constituir SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), cabe ao empregador selecionar o EPI adequado ao risco, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, ouvida a CIPA ou, na falta desta, o designado e trabalhadores usuários

a) Somente I, III e V estão corretos e os itens II e IV estão incorretos.

b) Somente I, II e III estão corretos e os itens IV e V estão incorretos.

c) Somente I, IV e V estão corretos e os itens II e III estão incorretos.

d) Somente I e V estão corretos e os itens II, III e IV estão incorretos.

e) Somente II e V estão corretos e os itens I, III e IV estão incorretos.

18) Sobre as causas de interrupção e suspensão do contrato de trabalho, responda:

- a) Durante o movimento paredista, o período em que houve cessação do trabalho é considerado, em regra, como suspensão do contrato de trabalho, salvo se a negociação coletiva dispuser diversamente.
- b) A suspensão do contrato de trabalho é reconhecida pela ausência de prestação das atividades laborais e a consequente perda dos salários do período correspondente.
- c) Em quaisquer hipóteses de suspensão do contrato de trabalho, o empregador fica desobrigado de pagar o salário correspondente, bem como, de recolher os depósitos do FGTS.
- d) O tempo em que o empregado despender para comparecer em Juízo, quando intimado ou convocado para esse fim, é considerado como interrupção do contrato de trabalho.
- e) O período de licença-maternidade é considerado como sendo de suspensão do contrato de trabalho, enquanto a licença-paternidade é considerada causa de interrupção do contrato de trabalho.

19) Analise os itens e assinale a alternativa correta sob a luz da jurisprudência:

I - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

II - Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

III - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

IV - Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

- a) Apenas I, II e III estão corretos e IV está incorreto.
- b) Apenas I, II e IV estão corretos e III está incorreto.
- c) Apenas I, III e IV estão corretos e II está incorreto.
- d) Apenas II, III e IV estão corretos e I está incorreto.
- e) Todos estão corretos.

20) João Cuiabano é empregado de uma empresa que presta serviços de informática e tecnologia para uma rede de supermercados que funciona 24 horas, todos os dias. Por essa razão, a empresa onde João Trabalha faz uma escala de plantões, de modo que ele pode ser acionado a qualquer momento, durante o plantão, pela empresa que precisar de seus serviços, embora não precise ficar na empresa aguardando o chamado. Sabendo disso, responda:

I - Pela legislação trabalhista aplicada por analogia à João Cuiabano, o período em que ele fica à disposição da empresa, aguardando ordens em sua casa, é considerado tempo de sobreaviso e será remunerado à razão de 1/3 sobre o salário hora normal.

II - Pela legislação trabalhista aplicada por analogia à João Cuiabano, o período em que ele fica à disposição, aguardando ordens, é considerado tempo de prontidão e será remunerado à razão de 2/3 sobre o salário hora normal.

III - Para a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o uso de aparelho celular pelo João Cuiabano, por si só, não caracterizaria o regime de sobreaviso, caso ele não

permaneça em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.

IV - É possível dizer que João Cuiabano terá direito às horas de sobreaviso, nos termos da legislação trabalhista a ele aplicada por analogia, mesmo que use celular e não aguarde o chamado em casa, uma vez que sua liberdade fica mitigada, assim como o seu direito à desconexão.

- a) Apenas I e IV estão corretos e os itens II e III estão incorretos.
- b) Apenas I, III e IV estão corretos e o item II está incorreto.
- c) Apenas II está correto e os itens I, III e IV estão incorretos.
- d) Apenas I está correto e os itens II, III e IV estão incorretos.
- e) Apenas III está correto e os itens I, II e IV estão incorretos.

21) Analise os itens e assinale a alternativa correta sob a luz da jurisprudência:

I - Quando a empresa possuir pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento, o empregado que se sentir lesionado poderá requerer reenquadramento e não equiparação salarial, sendo desnecessário, nesse caso, indicar algum paradigma.

II - A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.

III - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, se não demonstrada a presença dos requisitos da equiparação em relação ao paradigma que deu origem à pretensão, caso arguida a objeção pelo reclamado.

IV - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

- a) Apenas I, II e IV estão corretos e o item III está incorreto.
- b) Apenas I, III e IV estão corretos e o item II está incorreto.
- c) Apenas II está correto e os itens I, III e IV estão incorretos.
- d) Apenas I está correto e os itens II, III e IV estão incorretos.
- e) Todos estão corretos.

22) Sobre as férias, em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, marque a resposta incorreta:

- a) A indenização pelo não-deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- b) Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias.
- c) Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído, com exceção do período em que estiver de férias.
- d) O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais.
- e) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época

própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

23) Em relação ao adicional de insalubridade e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas e responda:

- I. I - O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- II. II - A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo não exclui a percepção do respectivo adicional quando o empregado já o receber há mais de 10 anos, em virtude do direito adquirido.
- III. III - A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, prejudica o pedido de adicional de insalubridade, uma vez que se configura julgamento *extra petita*.
- IV. IV - A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres quando constatadas por laudo pericial designado pelo juiz.
- V. V - Na região da baixada cuiabana, considerando as altas temperaturas e a intensa incidência de radiação solar, dada a zona climática em que está situada e as condições peculiares da região, admite-se a concessão do adicional de insalubridade para os empregados que trabalham expostos à luz solar, em grau médio.

- a) Apenas I, IV e V estão corretos e os itens II e III estão incorretos.
- b) Apenas II, III e V estão corretos e os itens I e IV estão incorretos.
- c) Apenas II está correto e os itens I, III, IV e V estão incorretos.
- d) Apenas I está correto e os itens II, III, IV e V estão incorretos.
- e) Apenas III está correto e os itens I, II, IV e V estão incorretos.

24) Analise os itens e marque a alternativa correta.

- I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos dos outros.
- II. Nexo causal, elemento indispensável para o reconhecimento de um acidente de trabalho, ocorre quando há relação direta de causa e efeito entre a conduta do empregador ou a atividade desenvolvida pela empresa e o resultado danoso.
- III. Empregador pode ser responsabilizado por nexos concausais, assim entendido aquele que se caracteriza pela concorrência de diversas circunstâncias, uma delas, de origem laboral, que agravam o dano.
- IV. A concausa pode ser antecedente, ocorrendo quando, por exemplo, o empregado possui predisposição patológica, ficando mais suscetível de desenvolver certas doenças, podendo o seu trabalho influenciar para o agravamento.
- V. Se um funcionário sofre um acidente por sua culpa exclusiva, mas a empresa demora em prestar-lhe socorro, fato que lhe causou um agravamento da lesão, ela poderá ser responsabilizada pela concausa superveniente ou posterior.

- a) Todos estão corretos.
- b) Apenas I, II e III estão corretos e IV está incorreto.
- c) Apenas I, II e IV estão corretos e III está incorreto.
- d) Apenas I, III e IV estão corretos e II está incorreto.
- e) Apenas II, III e IV estão corretos e I está incorreto.

25) Peixoto, aproveitando-se do seu cargo de confiança, retirou dinheiro do caixa da empresa, de forma contínua e reiterada por cerca de 06 meses, sem autorização prévia, para investir em seus negócios. Quando o seu empregador soube do ocorrido, Peixoto lhe disse que tinha a intenção de devolver a quantia equivalente. Sabendo disso, responda:

- a) Peixoto poderá ser demitido por justa causa em virtude de sua insubordinação, já que não pediu autorização prévia.
- b) Peixoto poderá ser demitido por justa causa em virtude de sua indisciplina, já que não pediu autorização prévia.
- c) Peixoto poderá ser demitido por justa causa em virtude de ato de improbidade.
- d) Peixoto não poderá ser demitido pois tinha a intenção de devolver a quantia equivalente.
- e) Peixoto não poderia ser demitido acaso já tivesse devolvido a quantia equivalente.

26) Confresina, que trabalhava na empresa Araguaia, vinha sendo assediada sexualmente por seu encarregado, nos últimos três meses. Estes atos ocorreram de forma reiterada até o dia em que Confresina agrediu o seu encarregado com um tapa, que a demitiu, imediatamente, por justa causa. Confresina ingressou com Ação Trabalhista requerendo a reversão da justa causa e, por conseguinte, o reconhecimento da rescisão indireta, entre outros pedidos. Sabendo disso, responda:

- a) Confresina terá direito a reverter a justa causa acaso prove o assédio sexual sofrido, pois a conduta do seu encarregado ensejaria rescisão indireta do contrato de trabalho.
- b) Confresina terá direito a ver reconhecida a culpa recíproca pela extinção do contrato de trabalho, uma vez que houve a agressão do encarregado, pelo assédio sexual e, ao reverso, a sua agressão física.
- c) Confresina não terá direito a reversão da justa causa, tampouco ao reconhecimento da rescisão indireta, pois demorou muito tempo para tomar uma atitude, de modo que ficou configurado o perdão tácito.
- d) Confresina não terá direito a reversão da justa causa, tampouco ao reconhecimento da rescisão indireta, pois demorou muito tempo para tomar uma atitude, de modo que lhe faltou a imediatidade ou atualidade.
- e) A empresa Araguaia não responderá pelos danos causados pelo seu encarregado, pois, neste caso, a responsabilidade é personalíssima.

27) Sobre o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, assinale a resposta incorreta:

- a) O empregados urbanos e rurais, assim como os trabalhadores avulsos, têm direito ao FGTS.
- b) Aos empregados domésticos é facultativo o recolhimento do FGTS; todavia, após a adoção do empregador doméstico, este não pode mais deixar de recolher sob a escusa de que era facultativo e se arrependeu.
- c) Pode haver transmissão da obrigatoriedade de continuidade do recolhimento do FGTS de um empregador doméstico para outro, em relação ao mesmo empregado.
- d) Pode-se dizer que o FGTS tem natureza jurídica múltipla ou híbrida, sendo que uma delas é a de ser salário diferido, já que só pode ser levantado após o implemento de alguma das condições previstas em lei.
- e) Permanece a obrigatoriedade do depósito na conta vinculada do FGTS nos casos de prestação de serviço militar, licença por acidente de trabalho e licença para gestante, entre outros previstos em lei.

28) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A alimentação concedida pelo empregador doméstico não pode ser descontada do salário do seu empregado doméstico.
- b) A alimentação fornecida pelo empregador através do Programa de Alimentação ao Trabalhador não tem natureza salarial.
- c) Ao empregador é facultado descontar do salário do seu empregado o equivalente a 20% do custo da refeição fornecida.
- d) A adesão ao Programa de Alimentação ao Trabalhador pode ser feito pelas empresas que fornecem alimentação *in natura*, mas não pode ser feito através de tíquetes.
- e) A ajuda alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário.

29) Gonçalves trabalhou na empresa Mato Grosso por 5 (cinco) anos. Como Gonçalves foi demitido sem justa causa, por iniciativa do seu empregador, seu aviso prévio será de:

- a) 30 dias
- b) 42 dias
- c) 45 dias
- d) 60 dias
- e) 90 dias

30) Sobre a estabilidade no emprego, assinale a alternativa incorreta:

- a) A estabilidade pode ser personalíssima, quando tem relação direta com a pessoa, seja em virtude de uma acidente de trabalho ou de estado gravídico, por exemplo.
- b) A estabilidade também pode decorrer do cargo ocupado, independentemente de quem seja o empregado que o ocupe.
- c) O dirigente sindical goza de estabilidade no emprego só podendo ser demitido mediante falta grave, apurada por inquérito judicial.
- d) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- e) Foi ultrapassado o entendimento de que não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, sendo hoje assim reconhecido o direito à estabilidade pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

31) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas.
- b) A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente.
- c) As centrais sindicais, por não fazerem parte da pirâmide sindical brasileira, faltando-lhes legitimidade para atuar em Juízo, não recebem parte das contribuições sindicais arrecadadas.
- d) Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional

e) Os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento da contribuição sindical unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, desde que a exerça, efetivamente, na firma ou empresa e como tal sejam nelas registrados.

32) Sobre os princípios que regem o direito coletivo do trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) O princípio da liberdade sindical pode ser visto sob o aspecto coletivo, quando um grupo tem liberdade para constituir o sindicato e sob o aspecto individual, quando um trabalhador tem a liberdade de associar-se ou de manter-se associado.
- b) O princípio da autonomia, também conhecido como da criatividade jurídica consiste em admitir que entes sindicais possam criar, suprimir ou alterar normas entre si e que vinculam as partes, sem que haja intervenção estatal.
- c) Não há previsão legal para que as negociações coletivas sejam realizadas sem a intervenção dos sindicatos, em virtude do princípio da intervenção obrigatória dos sindicatos.
- d) O princípio da equivalência implica o reconhecimento de que há uma paridade jurídica e econômica entre as partes convenientes da negociação coletiva, diferentemente do que ocorre no direito individual do trabalho.
- e) A autodeterminação coletiva ou a autotutela sindical consiste no poder conferido aos sindicatos para aplicar sanções aos membros do grupo que violam suas regras de direito ou ao sindicato oposto ou paritário.

33) Analise os itens e assinale a alternativa correta.

I - A "sabotagem" é a destruição ou deterioração sorrateira dos produtos, das mercadorias ou instrumentos de trabalho que viabilizem ou prejudiquem à atividade produtiva.

II - O "piquete" consiste na prática de alguns grevistas de impedir que outros trabalhadores assumam seus postos de trabalho no dia de greve.

III - O "locaute" (lockout) ocorre quando há fechamento da empresa para impedir o trabalho de seus empregados, visando inibir uma reunião associativa, por exemplo.

IV - A "greve" é a suspensão total ou parcial de trabalho, de forma temporária, com a finalidade de reivindicar melhoria de condições de trabalho, ficando os trabalhadores autorizados a fazer barricadas em frente à empresa, impedindo o acesso de clientes e fornecedores.

- a) Apenas I está correto e os itens II, III e IV estão incorretos.
- b) Apenas II está correto e os itens I, III e IV estão incorretos.
- c) Apenas III está correto e os itens I, II e IV estão incorretos.
- d) Apenas I, II estão corretos e os itens III e IV estão incorretos.
- e) Apenas I, II e III estão corretos e o item IV está incorreto.

34) Assinale a alternativa incorreta.

- a) É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública, infenso à negociação coletiva.
- b) É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.
- c) É ofensiva à liberdade sindical e de associação a adoção de cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial,

revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados.

- d) É de 2 anos o prazo máximo de vigência dos acordos e das convenções coletivas, mas este prazo pode ser elástico, por tempo indeterminado, caso haja cláusula de termo aditivo que prorogue a vigência do instrumento coletivo originário.
- e) A sentença normativa vigora, desde seu termo inicial até que sentença normativa, convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho superveniente produza sua revogação, expressa ou tácita, respeitado, porém, o prazo máximo legal de quatro anos de vigência.

35) Analise os itens e assinale a alternativa correta sob a luz da jurisprudência:

I - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

II – A estabilidade do dirigente sindical é mantida mesmo quando há extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato.

III - O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

IV - Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato.

- a) Apenas I, II e III estão corretos e IV está incorreto.
- b) Apenas I, II e IV estão corretos e III está incorreto.
- c) Apenas I, III e IV estão corretos e II está incorreto.
- d) Apenas II, III e IV estão corretos e I está incorreto.
- e) Todos estão corretos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36) Analise as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – todos os bens públicos são bens federais, por integrantes do patrimônio da Nação.

II – os bens públicos de uso comum do povo, também são conhecidos como bens públicos dominicais, recebendo também a denominação de bens patrimoniais disponíveis.

III – os bens públicos são imprescritíveis, não sendo passível a sua aquisição por usucapião.

- a) somente o item I está correto;
- b) somente o item II está correto;
- c) somente o item III está correto;
- d) os itens I e II estão corretos;
- e) os itens II e III estão corretos.

37) Quanto à responsabilidade civil do Estado, é incorreto afirmar:

- a) o fundamento da responsabilidade civil do Estado é a moralidade do atos administrativos.
- b) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário, equiparam-se aos demais atos da Administração e, se lesivos, empenham a responsabilidade civil objetiva da Fazenda Pública.
- c) a teoria da irresponsabilidade do Estado não foi acolhida pelo direito brasileiro. Conforme dispositivo constitucional compreende duas regras: a da responsabilidade objetiva do Estado e a da responsabilidade subjetiva do agente público.

- d) para a obtenção do êxito da ação regressiva do Estado contra agente público causador direto do dano, exige a comprovação da culpa ou dolo do agente público e a condenação do Estado transitada em julgado.
- e) como ação civil, que é, destinada à reparação patrimonial, a ação regressiva transmite-se aos herdeiros e sucessores do servidor culpado, podendo ser instaurada mesmo após a cessação do exercício no cargo ou na função, por disponibilidade, aposentadoria, exoneração ou demissão.

38) Sobre improbidade administrativa é correto afirmar:

- a) a ação de improbidade administrativa que busca ressarcimento por danos causados por agente público prescreve em 20 anos.
- b) os atos de improbidade administrativa classificam-se em duas espécies: os que importam enriquecimento ilícito e as que causam prejuízo ao erário.
- c) a lei de improbidade administrativa é conhecida nacionalmente por "lei do colarinho branco".
- d) por dispositivo constitucional, os atos de improbidade importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- e) a legitimidade para propor a ação de improbidade administrativa é somente do Ministério Público.

39) Assinale a incorreta. São direitos e vantagens dos servidores públicos da União previstos na Lei 8.112/90:

- a) diárias ao servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.
- b) ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo para assumir mandato eletivo.
- c) indenização de transporte para suprir despesas do servidor com a utilização de veículo próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.
- d) auxílio-moradia para acobertar gastos comprovados com locação ou despesas de hotelaria efetuados pelo servidor que tenha mudado do local da residência para ocupar cargo em comissão ou de confiança de alto nível, por um prazo máximo de cinco anos e com valor limitado pelo que a este título o Ministro receba, além de não poder superar 25% da retribuição correspondente ao cargo em comissão.
- e) gratificação natalina correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

40) São deveres dos servidores públicos, exceto:

- a) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- b) levar ao conhecimento da autoridade superior às irregularidades de que tiver ciência do cargo.
- c) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- d) tratar com urbanidade as pessoas.
- e) cumprir as ordens superiores, mesmo que manifestamente ilegais.

41) O princípio. veda a aplicação retroativa de nova interpretação de Lei no âmbito da Administração Pública.

- a) verdade material.
- b) motivação.
- c) formalismo moderado.
- d) segurança jurídica.
- e) proporcionalidade.

42) As seguintes afirmativas são corretas a respeito dos Poderes Administrativos, exceto:

- a) o poder de polícia mitigante é a ação do agente público contrário à Lei.
- b) o poder discricionário permite a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- c) o poder regulamentar faculta aos Chefes do Poder Executivo explicar a lei para sua correta execução, através de decretos e regulamentos.
- d) o poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- e) o poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

43) A é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração direta a que se acha vinculada:

- a) sociedade de economia mista.
- b) empresa pública.
- c) organização social civil de interesse público (Oscip).
- d) organização social (OS).
- e) agência executiva.

44) Assinale a assertiva correta sobre ato administrativo:

- a) a revogação é um ato vinculado legítimo e eficaz realizada pela Administração.
- b) a revogação funda-se no poder regulamentar de que dispõe a Administração.
- c) a teoria dos motivos determinantes funda-se na consideração de que os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.
- d) nos atos administrativos discricionários, não há falar em mérito administrativo, visto que toda a atuação do Executivo se resume no atendimento das imposições legais.
- e) a forma é revestimento exteriorizador do ato administrativo, constituindo requisito meramente discricionário que prescinde à sua perfeição.

45) Assinale a falsa. Os serviços públicos *uti universi* :

- a) a administração presta sem ter usuários determinados.
- b) são os que têm usuários determinados e utilização particular.
- c) são indivisíveis.
- d) também é conhecido como serviços gerais.
- e) devem ser mantidos por imposto e não por taxa ou tarifa.

DIREITO PENAL

46) Analise as assertivas e marque a resposta correta:

I - A exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez constitui prática discriminatória com repercussões na esfera trabalhista e civil, gerando a possibilidade de reparação do dano material ou moral causado, mas não gera repercussões na esfera penal.

II - A adoção de quaisquer medidas, por iniciativa do empregador, que configurem indução ou instigamento à esterelização genética é crime punível com pena de detenção de 01 (um) a 02 (dois) anos e multa.

III - O representante legal do empregador, a exemplo do preposto, pode responder pessoalmente pela prática de exigir testes de gravidez antes de realizar a contratação de uma empregada.

IV - Somente o empregador, pessoa física ou jurídica, poderá responder criminalmente pela prática de indução à esterelização genética, pois, segundo o princípio da alteridade, é quem assume os riscos do negócio.

- a) Apenas I está correto e os itens II, III e IV estão incorretos.
- b) Apenas II está correto e os itens I, III e IV estão incorretos.
- c) Apenas II e III estão corretos e os itens I e IV estão incorretos.
- d) Apenas I e IV estão corretos e os itens II e III estão incorretos.
- e) Apenas I, II e IV estão corretos e o item III está incorreto.

47) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- b) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- c) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória; todavia, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não mais se aplica aos fatos anteriores quando estes tiverem sido decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado

48) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- b) No caso de fato superveniente que, de forma independente, excluiu os efeitos dos fatos anteriores, faz que estes deixem de ser imputáveis.
- c) Pode haver crime omissivo quando o omitente podia agir para evitar o resultado ou quando tinha o dever legal de agir mas não o fez.

- d) Diz-se que o crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- e) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

49) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias, é crime punível com detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

II - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho é crime contra a liberdade de trabalho.

III - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar de parede é crime punível com detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

IV - Quando pelo menos três empregados participarem de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa, cometem crime punível com detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas I está incorreto e os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas II está incorreto e os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas III está incorreto e os itens I, II e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

50) Assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de mera nulidade contratual o ato de fraude que visa frustrar direito assegurado pela legislação do trabalho, não sendo considerado crime punível.
- b) Comete crime de redução à condição análoga a de escravo quem obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida, fenômeno conhecido como *truck system*.
- c) Não comete crime aquele que alicia trabalhadores com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional, restando configurado o crime apenas se a transferência for para o estrangeiro.
- d) Submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, implica reduzi-lo a condição análoga à de escravo.
- e) A pena do crime de redução à condição análoga à de escravo é reduzida de metade, se o crime é cometido contra criança ou adolescente ou se cometido por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

51) Analisando se os itens abaixo (I a V) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise, de acordo com a legislação trabalhista e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:

- I. Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto de interpretação controvertida nos Tribunais, óbice que fica afastado quando se tratar de matéria constitucional.
- II. Salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo inicial do prazo decadencial.
- III. Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias
- IV. A decisão homologatória de cálculos apenas comporta rescisão quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação, quer solvendo a controvérsia das partes quer explicitando, de ofício, os motivos pelos quais acolheu os cálculos oferecidos por uma das partes ou pelo setor de cálculos, e não contestados pela outra.
- V. O não-conhecimento do recurso por deserção antecipa o *dies a quo* do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória.

- a) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira; item V: falsa.
- b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: verdadeira; item V: falsa.
- c) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: falsa; item V: verdadeira.
- d) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: falsa; item V: falsa.
- e) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: verdadeira; item V: verdadeira.

52) À luz da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação falsa:

- a) A sentença homologatória de acordo prévio ao ajuizamento de reclamação trabalhista, no qual foi conferida quitação geral do extinto contrato, sujeita-se ao corte rescisório tão-somente se verificada a existência de fraude ou vício de consentimento.
- b) Atribuído o valor da causa na inicial da ação rescisória ou do mandado de segurança e não havendo impugnação, é defeso ao Juízo majorá-lo de ofício, ante a ausência de amparo legal.
- c) Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, independentemente da constatação ou não de prejuízo.
- d) É cabível ajuizamento de *habeas corpus* originário no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição de recurso ordinário em *habeas corpus*, de decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que o órgão colegiado passa a ser a autoridade coatora no momento em que examina o mérito do *habeas corpus* impetrado no âmbito da Corte local.
- e) É indevido o sequestro de verbas públicas quando o exequente/requerente não se encontra em primeiro lugar na lista de ordem cronológica para pagamento de precatórios ou quando não demonstrada essa condição.

53) Assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação verdadeira, de acordo com a legislação trabalhista e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Em observância ao princípio da primazia da realidade e a proibição do enriquecimento sem causa, a compensação pode ser arguida até o oferecimento das razões finais, desde que concedida oportunidade de manifestação pela parte contrária.
- b) Inexiste direito líquido e certo à homologação de acordo, salvo se o magistrado, ao fundamentar a recusa à homologação, expressamente reconhecer a inexistência de vício na manifestação da vontade das partes, hipótese na qual deverá homologar o acordo apresentado, ante a proteção ao ato jurídico perfeito.
- c) A sentença no processo do trabalho deverá sempre observar estritamente os ditames da legalidade estrita, inexistindo autorização legal para que o juízo adote a decisão que atenda aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum.
- d) No processo do trabalho, as testemunhas, sempre em número não superior a três, comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação.
- e) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita, o Ministério Público do Trabalho, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, mas, por expressa previsão legal, tal isenção não abrange as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

54) Assinale a alternativa que, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, corresponde a uma alternativa verdadeira:

- a) Não se exige para a validade do instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que contenha o nome do signatário da procuração, ante a informalidade que rege o processo do trabalho.
- b) É irregular a representação processual do subscritor do agravo de instrumento ou do recurso de revista que detém mandato com poderes de representação limitados ao âmbito do Tribunal Regional do Trabalho.
- c) Cabem embargos de declaração interpostos contra decisão de admissibilidade do recurso de revista e, em consequência, a sua admissão acarreta a interrupção do prazo recursal.
- d) Está a parte obrigada, sob pena de deserção, a recolher a multa aplicada com fundamento no § 2º do art. 557 do CPC (que estabelece a imposição de multa quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo contra decisão do monocrática do relator que nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior), ainda que se trate de pessoa jurídica de direito público.
- e) O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT, sendo o marco temporal da interrupção do prazo prescricional a citação válida do réu.

55) Assinale a alternativa que, à luz da jurisprudência do TST, corresponde a uma afirmação falsa:

- a) O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista.
- b) São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual.
- c) É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.
- d) O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de

jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado antes da remessa dos autos ao Tribunal Regional.

- e) Há interesse do Ministério Público do Trabalho para recorrer contra decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública, após a CF/1988, sem a prévia aprovação em concurso público.

56) Quanto aos recursos e ao reexame necessário na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa falsa, à luz da legislação e da jurisprudência consolidada do TST:

- a) Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância do depósito recursal, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz.
- b) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso o qual se pretende destrancar.
- c) Na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal, que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- d) Em dissídio individual, não está sujeita ao duplo grau de jurisdição decisão contrária à Fazenda Pública quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos, nem quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, salvo quanto os embargos de terceiro, que têm natureza de ação autônoma, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.

57) Assinale a alternativa que contém uma afirmação falsa, à luz da legislação e da jurisprudência do TST:

- a) No procedimento sumaríssimo, somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito. As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de cinco dias.
- b) De acordo com a jurisprudência do TST, a competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição, não incluindo a execução das contribuições incidentes sobre valores efetivamente pagos no curso da relação de trabalho, ainda que a natureza empregatícia da relação seja reconhecida em juízo.
- c) Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.
- d) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz, com fundamento em expressa previsão legal, poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade
- e) Não cabe mandado de segurança para impugnar despacho que deferiu liminar em outro mandado de segurança.

58) Analisando se os itens abaixo (I a IV) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise, de acordo com a legislação trabalhista e a jurisprudência do TST:

- I. Em se tratando de reclamação trabalhista contra micro ou pequeno empresário, o preposto não precisa ser necessariamente empregado do reclamado.
- II. Diferentemente da cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, na cédula rural pignoratícia ou hipotecária o bem permanece sob o domínio do devedor/executado, não constituindo óbice à penhora na esfera trabalhista.
- III. Por não haver atividade cognitiva, a decisão que declara extinta a execução, embora extinga a relação processual e a obrigacional, não é passível de corte rescisório.
- IV. Em se tratando de ação anulatória, a competência originária se dá no mesmo juízo em que praticado o ato supostamente eivado de vício.

- a) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- c) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- d) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: falsa.
- e) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: falsa.

59) A respeito da execução na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa falsa, à luz da legislação e da jurisprudência do TST:

- a) A CLT prevê expressamente a possibilidade de citação do executado por edital, o que pode ocorrer quando ele, procurado por duas vezes no espaço de 48 horas, não for encontrado.
- b) Tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
- c) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- d) A liquidação extrajudicial de sociedade cooperativa não suspende a execução dos créditos trabalhistas existentes contra ela.
- e) Considerando a regra da CLT segundo a qual a interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado, há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de recurso extraordinário.

60) A respeito da ação civil pública na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira:

- a) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa.
- b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, somente atuará no processo como fiscal da lei se o magistrado entender pela existência de interesse público que assim determine.
- c) Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei, não se admitindo, porém, a atuação em litisconsórcio entre os ramos do Ministério Público da União, que tem atribuição limitada à Justiça em que atuam.
- d) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

e) As ações coletivas que versem a respeito de direitos e interesses difusos ou coletivos não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* das ações referentes a direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de sessenta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

61) No que se refere aos dissídios coletivos, analisando se os itens abaixo (I a IV) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise, de acordo com a legislação trabalhista e a jurisprudência do TST e do STF:

- I. A Constituição de 1988 estabelece a competência *ratione materiae* da Justiça do Trabalho para julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve, de modo que, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inclui-se em tal competência o julgamento das ações, como dissídios coletivos, referentes ao exercício de direito de greve pelos servidores públicos, independentemente da natureza de sua relação com o ente público.
- II. A cassação de efeito suspensivo concedido a recurso interposto de sentença normativa retroage à data da publicação da sentença.
- III. O recurso interposto de decisão normativa da Justiça do Trabalho terá efeito suspensivo na medida e extensão conferidas em despacho do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- IV. O dissídio coletivo não é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria envolve a interpretação de norma genérica.

- a) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.
- c) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: falsa.
- d) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.
- e) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.

DIREITO CONSTITUCIONAL

62) O grande publicista alemão Georg Jellinek, na sua obra "Sistema dos Direitos Subjetivos Públicos" (*Syztsem der subjektiv öffentlichen*), formulou concepção original, muito citada pela doutrina brasileira no estudo da teoria dos direitos fundamentais, segundo a qual o indivíduo, como vinculado a determinado Estado, encontra sua posição relativamente a este cunhada por quatro espécies de situações jurídicas (*status*), seja como sujeito de deveres, seja como titular de direitos. Assinale qual das alternativas abaixo contém um item que NÃO corresponde a um dos quatro *status* da teoria de Jellinek:

- a) *status passivo (status subjectionis)*.
- b) *status negativus*.
- c) *status civitatis*.
- d) *status socialis*.
- e) *status activus*.

63) Analise o seguinte caso: uma associação de defesa de determinados valores veicula na mídia (televisão, rádio, jornais e internet) campanha de defesa de opinião e idéias, contendo peças que dizem respeito ao exercício de direitos fundamentais, uma delas afirmando, dentre outras coisas, que "a igualdade entre homens e mulheres é um direito, mas a mulher deve seguir e obedecer ao homem, que lhe é superior, e aquela que assim não age não

deve ser respeitada como tal, já que não exerce seu papel e prejudica a humanidade". Diante disso, um dos legitimados pela lei ajuíza ação civil pública, postulando, dentre outros requerimentos, que seja determinada a retirada da campanha do ar, sob pena de multa diária. Assinale a alternativa correta:

- a) a pretensão não pode ser acolhida, vez que a Constituição Federal, em seus arts. 5º, IX e 220, §2º, veda expressamente a censura.
- b) a pretensão deverá ser rejeitada, vez que a liberdade de expressão goza de uma posição preferencial em relação aos demais direitos fundamentais, o que impede, em termos absolutos, que ceda espaço à incidência de outros direitos a ponto de dar ensejo à proibição de determinada veiculação, especialmente porque, no caso, se tratava da mera defesa de idéias e opiniões.
- c) a campanha necessariamente deverá ser retirada do ar, eis que a igualdade goza de uma posição preferencial em relação aos demais direitos fundamentais, de modo que, em caso de colisão com outros, sempre deverá prevalecer.
- d) a solução do caso passa pela ponderação dos princípios em conflito, sendo possível, em tese, a decisão pela retirada da campanha do ar, já que a preservação do núcleo essencial de tal direito não abrange a proibição, em toda e qualquer situação, de se fazer cessar determinada veiculação midiática.
- e) a solução do caso deverá ser pautada pela natureza das normas em conflito; assim, deverá o magistrado verificar se o preceito que consagra a liberdade de expressão e aquele que reconhece o direito à igualdade tem eficácia imediata, contida ou limitada, bem como a respectiva regulamentação infraconstitucional, prevalecendo aquele em relação ao qual a legislação possibilita o exercício imediato, em detrimento do outro.

64) A respeito do tratamento dado aos índios pela Constituição de 1988, assinale a alternativa FALSA:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, apesar de previstas como bens da União, destinam-se à posse permanente daqueles, sendo inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- b) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Senado Federal, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- c) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- d) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- e) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

65) Assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação falsa à luz da Constituição de 1988:

- a) São bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei, e os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, salvo as praias

fluviais:

- b) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- c) Incluem-se entre os bens dos Estados as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- d) São bens dos Estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- e) Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.

66) No que se refere ao regime constitucional do exercício da atividade econômica, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação verdadeira:

- a) A promoção econômico-social dos garimpeiros deverá, por expresa previsão constitucional, ser levada em conta na atuação do Estado em suas funções de fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica.
- b) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária, cumulativamente, aos imperativos da segurança nacional e a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- c) Dentre os princípios gerais da atividade econômica, expressa e especificamente previstos como tais pela Constituição de 1988, são mencionados a função social da propriedade, a defesa do consumidor e a plena liberdade de associação.
- d) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra, sendo que a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais retro mencionados, inclusive quanto ao potencial de energia renovável de capacidade reduzida, somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e a refinação do petróleo nacional, mas não a refinação do estrangeiro.

67) Analisando se os itens abaixo (I a IV) contêm proposições verdadeiras ou falsas, à luz das lições da doutrina constitucional brasileira a respeito da interpretação constitucional e seus princípios, preceitos, métodos e evolução histórica, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise:

- I. O pós-positivismo pode ser compreendido como a designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem o resgate dos valores, a distinção qualitativa entre princípios e regras, a centralidade dos direitos fundamentais e a reaproximação entre Direito e a Ética.
- II. Não é possível acontecer de uma norma ser constitucional no seu relato abstrato, mas revelar-se inconstitucional em uma determinada incidência por contrariar o próprio fim nela abrigado ou algum princípio constitucional.
- III. A ponderação de valores, interesses, bens ou normas consiste em uma técnica de decisão jurídica utilizável nos casos difíceis, que envolvem a aplicação de princípios que se encontram em linha de colisão, apontando soluções diversas e contraditórias para a questão.
- IV. O raciocínio que conduz a ponderação de interesses inclui a seleção das normas e

dos fatos relevantes, com a atribuição de pesos aos diversos elementos em disputa, em um mecanismo de concessões recíprocas que procura preservar, na maior intensidade possível, os elementos contrapostos.

- a) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.
- b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: falsa.
- c) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.
- d) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- e) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira.

68) Quanto ao processo legislativo, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmativa falsa:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República, de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada poderá constituir objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- c) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- d) O veto presidencial será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
- e) Não serão objeto lei delegada os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

69) A respeito da distribuição de competências legislativas pela Constituição de 1988, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação falsa:

- a) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Municípios tem competência para editar leis determinando aos bancos a adoção de medidas de conforto aos usuários (clientes ou não), como instalações sanitárias, cadeiras de espera, tempo de espera de atendimento e equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança.
- b) À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- c) Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico e transportes urbanos.
- d) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- e) Consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, compete à União fixar horário para atendimento ao público nos bancos, por se tratar de questão que extrapola o interesse meramente local, incidindo interesse nacional.

70) Assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação falsa:

- a) Além da proibição do excesso, a *proibição da proteção insuficiente* também pode ser considerada uma das dimensões do proporcionalidade em sentido estrito, na medida em que uma conduta estatal que não contempla uma proteção adequada e eficaz de um direito fundamental significa, do ponto de vista metodológico, considerar referida conduta desproporcional em sentido estrito.
- b) *Normas constitucionais interpostas* seriam aquelas disposições normativas às quais as normas constitucionais fazem expressa referência, vinculando atos e procedimentos legislativos, apresentando uma força normativa diferenciada por derivar diretamente da referência constitucional.
- c) O método de interpretação constitucional denominado *hermenêutico-concretizador* seria aquele segundo o qual o Direito, o Estado e a Constituição são vistos como fenômenos culturais ou fatos referidos a valores, a cuja realização os três servem de instrumento, emergindo entre tais valores, como fim supremo a ser buscado por toda a comunidade, a integração, exigindo-se, então, uma interpretação extensiva e flexível da Constituição, enquanto instrumento ordenador da totalidade da vida do Estado.
- d) Um exemplo de *costume constitucional* citado pela doutrina seria o descumprimento, pelo Poder Executivo, de leis que repute inconstitucionais, comportamento que não teria base constitucional expressa, mas que é consagrado pelo uso, tratando-se, no caso, de um costume *praeter constitutionem*.
- e) A *interpretação constitucional evolutiva* seria um processo informal de reforma do texto da Constituição, caracterizando-se pela atribuição de novos conteúdos à norma constitucional, sem modificação de seu teor literal, em razão de mudanças históricas ou de fatores políticos e sociais que não estavam presentes nas mentes dos constituintes.

71) A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação verdadeira:

- a) O Poder Legislativo poderá revogar a lei constitucional, mas não declarar a inconstitucionalidade por ato legislativo, ou seja, poderá retirar a lei do ordenamento jurídico, com efeitos *ex nunc*, sem afetar a validade dos atos praticados sob a vigência da norma revogada, não podendo dar caráter retroativo à sua manifestação, ainda que fundado em suposto juízo quanto à inconstitucionalidade da lei.
- b) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- c) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental não seria instrumento idôneo de atuação do Poder Judiciário no processo de concretização das liberdades positivas (direitos constitucionais de segunda geração), não cabendo falar em caráter relativo da liberdade de conformação do legislador em relação ao dever de conformação dos direitos sociais, econômicos e culturais, por violação à separação entre os Poderes.
- d) O Presidente da República, conquanto seja um dos legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade, não poderá propô-la em face de lei que tenha sido por ele sancionada, por se tratar de comportamento contraditório (proibição do *venire contra factum proprium*) cuja prática não se admite.
- e) Exige-se das entidades de classe de âmbito nacional, como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a indispensável pertinência temática entre o conteúdo da ação e o interesse da classe.

72) Assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação verdadeira:

- a) Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão reduzir a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais e regionais.
- b) O chamado desvio do poder constituinte ou atalhamento da Constituição, tema já enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal em seus julgamentos, consiste na tentativa de utilização de um artifício que busque suavizar, abreviar, dificultar ou impedir a ampla produção de efeitos dos princípios constitucionais, especialmente por meio do exercício do poder constituinte reformador.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, exigindo-se dos três referidos legitimados que estejam legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- d) À falta de previsão constitucional, o Supremo Tribunal Federal não admite a impetração de mandado de injunção coletivo pelas entidades dotadas de expressa legitimidade para o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, ante a especificidade do comando constitucional.
- e) Elevada no Brasil ao *status* constitucional em 1934 e desde então consagrada expressamente por todas as Constituições subsequentes como remédio constitucional, a ação popular, já em sua origem, tem como característica o reconhecimento da proteção à moralidade administrativa como fundamento autônomo para a sua propositura.

73) Analisando se os itens abaixo (I a III) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise:

- I. A consagração pela Constituição de 1988 da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República, inédita no constitucionalismo brasileiro, traz, dentre outras consequências, a imposição não apenas de um dever de abstenção (respeito), mas também de praticar condutas positivas tendentes a proteger a dignidade do indivíduo, servindo como um valor-guia não apenas dos direitos fundamentais, mas de toda a ordem constitucional.
- II. Embora não se negue que determinadas normas constitucionais apresentem uma baixa densidade normativa, insuficiente para alcançarem plena eficácia, estabelecendo programas, finalidades e tarefas a serem implementados pelo legislador, pode-se afirmar que todas as normas asseguradoras de direitos fundamentais são dotadas de eficácia e, em certa medida, diretamente aplicáveis já ao nível da Constituição e independentemente de intermediação legislativa, ainda que se o faça na medida da respectiva eficácia.
- III. São direitos sociais expressamente consagrados como tais pela Constituição de 1988 o lazer e a assistência aos desamparados.

- a) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa.
- b) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira.
- c) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa.
- d) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira.
- e) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira.

DIREITO CIVIL

74) Analisando se os itens abaixo (I a IV) contêm proposições verdadeiras ou falsas, de acordo com Código Civil, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise:

- I. A indenização mede-se pela extensão do dano, mas, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz, por expressa autorização legal, majorar ou reduzir a indenização.
- II. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- III. São responsáveis pela reparação civil os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, salvo para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores.
- IV. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

- a) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: falsa.
- b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- c) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; IV: verdadeira.
- d) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- e) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.

75) Assinale a alternativa que contém uma afirmação falsa à luz do Código Civil:

- a) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- b) Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- c) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- d) Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

76) Assinale a alternativa que contém uma afirmação falsa:

- a) Prescreve em cinco anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- b) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- c) A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.
- d) Prescreve em três anos a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- e) A interrupção ou a suspensão da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos

outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

77) Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira:

- a) Ocorre a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- b) O doador, qualquer que seja a finalidade de seu ato, não fica sujeito às conseqüências da evicção ou do vício redibitório.
- c) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- d) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- e) O encargo e o termo inicial, em regra, suspendem o exercício, mas não a aquisição do direito.

78) Assinale a alternativa que contém uma afirmação falsa:

- a) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra. Neste caso, decorridos quatro anos, dar-se-á por findo o contrato, ainda que não concluída a obra.
- b) Se, não obstante proibição do mandante, o mandatário se fizer substituir na execução do mandato, responderá ao seu constituinte pelos prejuízos ocorridos sob a gerência do substituto, salvo se provenientes de caso fortuito.
- c) Sendo nula qualquer das cláusulas da transação, nula será esta.
- d) Não se extingue o contrato de empreitada pela morte de qualquer das partes, salvo se ajustado em consideração às qualidades pessoais do empreiteiro.
- e) Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será de trinta dias, pelo menos, se for de dinheiro.

TRABALHO DO MENOR

79) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- I. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se que ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho perigoso, insalubre ou penoso.
 - II. Não há vedação para que o menor tenha mais de um emprego.
 - III. O Contrato de aprendizagem, em nenhuma hipótese, será pactuado com maiores de 24 anos.
 - IV. A lei veda qualquer possibilidade de que um aprendiz seja contratado sem que esteja frequentando a escola, uma vez que esta é um condição imprescindível para que o pacto seja realizado.
- a) Apenas I está correto e os itens II, III e IV estão incorretos.
 - b) Apenas I e II estão corretos e os itens III e IV estão incorretos.
 - c) Apenas III e IV estão corretos e os itens I e II estão incorretos.
 - d) Apenas II está correto e os itens I, III e IV estão incorretos.
 - e) Todos estão incorretos.

80) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I - Para efeitos da legislação trabalhista, é considerado menor o trabalhador de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, o que se coaduna com a Convenção 138 da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

II - Ao menor não será permitido o trabalho em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade, a exemplo do trabalho prestado de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral.

III - É causa de rescisão indireta do contrato do trabalho quando se verificar que a atividade exercida pelo menor é prejudicial à sua formação moral e não tendo a parte empregadora envidado os meios para alterá-lo para uma função compatível.

VI - O empregado estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, independentemente de sua idade.

- a) Apenas o item II está incorreto e os itens I, III e IV estão corretos.
- b) Apenas o item III está incorreto e os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Apenas o item IV está incorreto e os itens I, II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

BLOCO III

DIREITO INTERNACIONAL

81) Analisando se os itens abaixo (I a IV) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise, de acordo com as normas de direito internacional e a jurisprudência do STF:

- I. Tanto a imunidade de jurisdição e execução dos Estados estrangeiros como a das Agências Especializadas das Nações Unidas, fulcradas nos mesmos fundamentos consuetudinários e normativos, são mitigadas pelo Judiciário brasileiro em se tratando de demandas referentes a direitos trabalhistas, eis que guardam pertinência com atos puramente negociais.
- II. De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, o agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha e sua residência particular não poderá ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução.
- III. A renúncia pelo Estado acreditante da imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, poderá ser tácita ou expressa.
- IV. A renúncia pelo Estado acreditante da imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos não implica renúncia à imunidade quanto às medidas de execução da sentença, conforme estabelece a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

- a) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- b) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: falsa.
- c) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: verdadeira.
- d) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: verdadeira.
- e) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: falsa; item IV: falsa.

82) Analisando se os itens abaixo (I a V) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao resultado de tal análise:

- I. A Organização Internacional do Trabalho, criada no Tratado de Versailles como organismo especializado da Organização das Nações Unidas, tem sua atuação voltada para a busca da paz e da justiça social.
- II. De acordo com a Convenção nº 138 da OIT, a idade mínima fixada para admissão a emprego ou trabalho no território dos Países-Membros será, regra geral, não inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quatorze anos (ressalvadas as exceções previstas na própria norma).
- III. O Tratado de Assunção consagra expressamente, no âmbito do Mercosul, a livre circulação de bens, serviços e trabalhadores.
- IV. Os países que integram a Organização Mundial de Comércio, reconhecendo o protagonismo desta Organização no que se refere ao estabelecimento de condições mínimas de trabalho no âmbito do comércio internacional, aprovaram, em 1996, na Conferência Ministerial de Cingapura, a adoção de um selo social, com vistas a garantir padrões trabalhistas mínimos no universo do comércio internacional, cuja implementação encontra-se aguardando o término da Rodada Doha.
- V. O Brasil, tendo ratificado as Convenções reconhecidas pela OIT como fundamentais, encontra-se, ao menos sob o prisma formal perante aquele organismo, na condição de país que respeita todos os princípios e direitos fundamentais no trabalho consagrados pela OIT.

a) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira; item IV: verdadeira; item V: verdadeira.

b) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa; item IV: falsa; item V: falsa.

c) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira; item IV: verdadeira; V: verdadeira.

d) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: falsa; item IV: falsa; item V: falsa.

e) item I: falsa; item II: falsa; item III: falsa; item IV: falsa; item V: falsa.

PROCESSO CIVIL

83) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- I. Em virtude do direito abstrato de ação, as partes podem formular pretensões, mesmo que sejam destituídas de fundamento.
- II. A prática lealdade e a boa-fé é dever que se aplica somente às partes do processo.
- III. A parte ré que reconhece juridicamente o pedido do autor de declaração de vínculo de emprego, mas deduz defesa para abster-se da anotação da Carteira de Trabalho e da Previdência Social, age de má-fé.
- IV. A parte, cuja advogada, em audiência, pratica atos reiterados para tumultuar a oitiva de testemunhas, intervindo de forma infundada durante a instrução processual e que tenta se comunicar com suas testemunhas pode ser condenada por litigância de má-fé.
- V. A condenação do litigante de má-fé pode ser procedida de ofício pelo Juiz.

a) Apenas os itens I e II estão incorretos e os itens III, IV e V estão corretos.

b) Apenas o item II está incorreto e os itens I, III, IV e V estão corretos.

c) Apenas o item III está incorreto e os itens I, II, IV e V estão corretos.

d) Apenas o item IV está incorreto e os itens I, II, III e V estão corretos.

e) Todos os itens estão incorretos.

84) Sobre a ação monitória, é incorreto afirmar:

- a) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
- b) Estando a petição inicial devidamente instruída, o Juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de quinze dias.
- c) Os embargos monitórios ofertados pelo réu suspenderão a eficácia do mandado inicial, mas caso não haja oposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.
- d) Se o réu cumprir o mandado executivo, ficará isento de custas e honorários advocatícios.
- e) Os embargos na Ação Monitória, a exemplo dos Embargos à Execução, dependem de prévia segurança do juízo.

85) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- I. Para o processo civil, é inadmissível a atuação do advogado sem apresentação do mandato, ressalvadas as medidas urgentes, assim como para evitar a prescrição ou decadência.
- II. No processo civil, mesmo os atos reputados urgentes devem ser ratificados com a apresentação do mandato sob pena de serem havidos por inexistentes.
- III. No processo do trabalho, aplica-se subsidiariamente as leis do direito processual comum, razão porque também é inadmissível a atuação do advogado sem apresentação do mandato, igualmente ressalvadas as medidas urgentes.
- IV. Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de 1 (uma) hora independentemente de ajuste.
- V. Nos dissídios coletivos é obrigatória a assistência por advogado, diferentemente do que ocorre nas ação trabalhista em primeiro grau de jurisdição.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas I e II estão corretos e os itens III, IV e V estão incorretos.
- c) Apenas I, II, IV e V estão corretos e o item III está incorretos.
- d) Apenas I, II e IV estão corretos e os itens III e V estão incorretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

86) Marque a alternativa incorreta:

- a) Segundo o processo civil, o juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei, ressalva esta que não é feita pela legislação processual trabalhista.
- b) A orientação legal no sentido de que nos dissídios sobre estipulação de salários sejam estabelecidas condições que, assegurando justos salários aos trabalhadores, permitam também justa retribuição às empresas interessadas, configura-se em regra de equidade.
- c) A nulidade processual encontra-se vinculada ao plano de validade do ato o que pressupõe ter ultrapassado o plano de existência, de modo que se conclui que o ato processual existe, mas não é válido.
- d) A nulidade absoluta ocorre quando o defeito do ato processual fere uma norma processual de ordem pública, a qual regula interesses públicos e cujos efeitos não podem ser modulados pela vontade das partes.
- e) A ausência de intimação pessoal do Ministério Público do Trabalho nas ações em que tenha que intervir obrigatoriamente não é causa de nulidade absoluta.

87) Sobre a antecipação de tutela, assinale a questão incorreta:

- a) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- b) Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- c) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, salvo se a decisão que a concedeu ou a indeferiu tiver sido fundamentada.
- d) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- e) Não é cabível medida liminar de antecipação de tutela que objetiva o saque ou a movimentação do trabalhador da conta vinculada do FGTS.

88) Sobre a cautelar de arresto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando um empregador insolvente, deixa de pagar os salários por mais de três meses, resolve fechar as portas da empresa e evadir-se, a medida cautelar adequada a ser usada pelos trabalhadores afetados é o arresto.
- b) Para a concessão do arresto é essencial prova literal da dívida líquida e certa, equiparando-se, para esse fim, a sentença, líquida ou ilíquida, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se, desde que já tenha transitado em julgado.
- c) Caso o credor preste caução idônea, o juiz concederá o arresto.
- d) O juiz concederá o arresto independentemente de justificação prévia quando for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei.
- e) Julgada procedente a ação principal, o arresto se convola em penhora.

89) O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte. Assim é correto afirmar que:

- a) é permitido ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida.
- b) é permitido ao juiz condenar o réu em quantidade superior pedida.
- c) o juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor.
- d) é permitido ao juiz condenar o réu em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- e) é permitido em nosso ordenamento jurídico o juiz decidir *citra, extra ou ultra petita*, observado o seu poder discricionário.

90) Pelo princípio da, para cada decisão judicial recorrível é cabível um único tipo de recurso, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais outro visando a impugnação do mesmo ato judicial :

- a) taxatividade.
- b) singularidade.
- c) fungibilidade.
- d) *reformatio in pejus*.
- e) dialeticidade.

91) São títulos executivos judiciais, **EXCETO** :

- a) a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer.
- b) a sentença arbitral.
- c) o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.
- d) o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
- e) a sentença penal condenatória transitada em julgado.

92) Analise as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – o seguro de vida é bem absolutamente impenhorável.
- II – na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 15 dias.
- III – quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo de 30 (trinta) dias.

- a) somente o item I está correto.
- b) somente o item II está correto.
- c) somente o item III está correto.
- d) os itens I e II estão corretos.
- e) os itens II e III estão corretos.

DIREITO EMPRESARIAL

93) Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- I. Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito.
- II. Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- III. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.
- IV. Ainda que deferido o processo de recuperação judicial, terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas I e II estão corretos e os itens III e IV estão incorretos.
- c) Apenas I, II e IV estão corretos e o item III está incorreto.
- d) Apenas I, III e IV estão corretos e o item II está incorreto.
- e) Todos os itens estão incorretos.

94) Quanto à classificação dos créditos na Lei de Recuperação Judicial (11.101/2005), qual destes créditos deve ser pago por primeiro:

- a) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho.
- b) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.
- c) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.

- d) custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida.
- e) créditos com privilégio especial.

95) Requisitos exigidos na letra de câmbio que devem ser lançados por extenso, exceto:

- a) a denominação "letra de câmbio" ou a denominação equivalente na língua em que for emitida.
- b) a soma de dinheiro a pagar e a espécie de moeda.
- c) o nome da pessoa que deve pagá-la.
- d) o nome da pessoa a quem deve ser paga. A letra não pode ser ao portador e também não pode ser emitida por ordem e conta de terceiro.
- e) a assinatura do próprio punho do sacador ou do mandatário especial.

96) O contrato de é consenso escrito, bilateral, oneroso, de prestação sucessiva, de exclusividade e sem forma legalmente determinada.

- a) leasing.
- b) franquia.
- c) representação comercial.
- d) concessão mercantil.
- e) faturização.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

97) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais, **EXCETO**:

- a) sobre o estipêndio dos agentes públicos sobre a égide do regime peculiar.
- b) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.
- c) do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
- d) sobre a receita de concursos de prognósticos.
- e) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

98) O é corolário do princípio da isonomia e da capacidade contributiva dos contribuintes:

- a) princípio da diversidade da base de financiamento.
- b) princípio da solidariedade social.
- c) princípio da equidade na forma de participação no custeio.
- d) princípio da diversidade da base de financiamento.
- e) princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

99) A contribuição do empregador doméstico é de do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço:

- a) 8% (oito por cento).
- b) 12% (doze por cento).
- c) 9% (nove por cento).
- d) 10% (dez por cento).
- e) 15% (quinze por cento).

100) São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas, EXCETO:

- a) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- b) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
- c) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- d) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- e) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, inclusive quando coberto por regime próprio de previdência social.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XVIII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz do Trabalho Substituto

Retificações efetuadas pela Comissão Examinadora

Questão n. 08, letra a, onde se lê: “a) Apenas I, II e III estão corretos e os itens III e IV estão errados.”, leia-se: “a) Apenas I, II e III estão corretos e os itens IV e V estão errados.”

Questão n. 11, letra e, onde se lê: “e) Apenas V está corretos e os I, II, III, e IV estão corretos.”, leia-se: “e) Apenas V está corretos e os I, II, III, IV estão errados.”

Questão n. 98, letra a, onde se lê: “a) princípio da diversidade da base de financiamento.”, leia-se: “a) princípio da uniformidade da base de financiamento.”